

Políticas de desenvolvimento agrícola na Era Vargas: A Produção de algodão através dos dados do Ministério da Agricultura nordeste.

JANAÍNA PORTO SOBREIRA\*

### **Histórico do Ministério da Agricultura**

Em 1909, os assuntos referentes ao mundo agrícola ganharam mais destaque com a criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), órgão articulado pela Sociedade Nacional de Agricultura(SNA). Fora responsável pelos recursos necessários à produção rural, além de exercer papel nas áreas de estudos, pesquisas científicas e implantação de programas de ajuda ao produtor agrícola.

Na verdade, a criação do MAIC pode ser entendida como uma resposta às demandas de grupos políticos e, sobretudo àqueles ligados ao café. Embora não efetivamente ligados ao Ministério, a elite cafeeira do início do século XX no Brasil manteve relativa influência nos planos de desenvolvimento econômico para o país.

Pode-se destacar dois pensamentos a respeito da criação do MAIC: O primeiro gira em torno da conquista de segmentos à margem do poder central republicano, ou seja, não somente a representatividade de uma classe produtora de café, mas sim nas demais classes produtoras do país, pois a soma desses produtos sustentava a economia do Estado. Leva-se em consideração que o Brasil fora um território predominantemente agrícola até meados da década de 1930. (MENDONÇA, 1997).

Outro fator importante seria a necessidade de um órgão capaz de organizar em dimensões nacionais, a “versão ruralista da ideologia do progresso” (MENDONÇA, 1997). Essas iniciativas seriam conquistadas à medida que a atuação do Ministério se consolidasse, com as pesquisas de campo em andamento, bem como a iniciativa de incentivo aos pequenos produtores, isto é, a busca de valorização do mundo rural e dos agentes que a compõem.

---

\*Graduanda em História pela UFRN. Trabalho sob orientação da profa. Dra. Carmen Margarida Oliveira Alveal.

*Mesmo sem ter ocupado lugar de relevo no permanente diálogo entre sociedade civil e sociedade política na República Velha, o Ministério iria afirmar-se como um dos espaços institucionais essenciais à mediação de atritos e conflitos intraclasse dominante agrária, contribuindo para a vulgarização do discurso modernizador acerca da agricultura o qual, uma vez transformado em consenso, acabaria por dela excluir os “menos aptos”, favorecendo, no processo de transição em curso, a redefinição do seu papel tendo em vista a subordinação à indústria. (MENDONÇA, 1997: 117)*

As novas dimensões administrativas foram incorporadas a partir de 1930, fruto da movimentação política no país. A busca por um Estado Nacional forte e capaz de manter-se moderno sem a dependência de fora foi fator marcante na caminhada de modernização do Brasil.

Essa reconstrução do Estado reformulou o processo de comando político, econômico e social na esfera federal. A reorganização dos planos em torno da economia do Estado voltou-se fundamentalmente às operações de controle da máquina de produção nacional.

Em 1931, o antigo MAIC foi diluído, sendo criados outros dois ministérios: o do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Agricultura, este último agora responsável pelos assuntos da agricultura com mais ênfase. Inclusive, adicionando em seu quadro funcional novas competências organizacionais, como: criação de departamentos específicos ligados ao ministro: Departamento Nacional de Produção Animal (DNPA), Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Departamento Nacional de Produção Vegetal (DNPV).

Além disso, outras estratégias administrativas reforçaram o trabalho do novo ministério. Foi estabelecido convênio com governos estaduais e municipais a fim de direcionar o controle da produção aos métodos federais. Para fortalecer o programa do ministério, após reformas na representatividade da classe agrícola, um novo órgão foi criado, o Conselho Nacional de Ensino e Pesquisa Agronômica, o (CNEPA).

Os objetivos desse conselho eram voltados à pesquisa, incentivos agrícolas, orientações de produção, direção de seções de cooperativismo rural, distribuição de sementes, dentre outros. Em suma, organizar a direção e centralizar as atividades dispersas anteriormente.

Na perspectiva funcional, o implemento desses objetivos seriam colocadas em prática através da criação de novas estações experimentais, inicialmente favorecendo a produção do trigo, e em outro momento aquecendo a produção de outras culturas, como o algodão, o milho, o café, etc.

É nesse novo cenário econômico-administrativo que o presente trabalho busca relacionar a criação dessas estações, particularmente em alguns estados do Nordeste, com o projeto de modernização econômico do país no período Vargas pós 1937, através do Ministério da Agricultura. Ou seja, analisar a relação entre a agricultura e a indústria brasileira por meio da articulação destas, tendo o algodão como produto selecionado.

### **O cultivo do Algodão por intermédio de estações experimentais nos estados da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.**

As atenções do Ministério da Agricultura voltam-se, então, para alguns municípios do Nordeste<sup>1</sup>. Claro que a totalidade dessa atenção não recai tão somente na produção do algodão, pois existiram outros gêneros tão importantes na região, como animais e minerais. A questão é problematizar o que viria a ser identificado como uma das fontes de riqueza agrícola de cunho bastante representativo no país.

Observa-se que a produção algodoeira acentua-se em quase todos os estados nordestinos: Ceará<sup>2</sup>, Bahia, Maranhão, Sergipe, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba,

---

<sup>1</sup>É evidente a preocupação em expandir a cultura de outros produtos no Brasil em resposta ao mercado consumidor externo, principalmente pós Revolução Industrial na Inglaterra, este sendo um grande consumidor do algodão brasileiro. Os investimentos em culturas algodoeiras representariam um apoio financeiro necessário ao crescimento da economia do país.

<sup>2</sup>Embora o estado do Ceará tenha produzido números significativos em produção da fibra do algodão, o mesmo não teve uma estação experimental específica destinada para estudos e aplicações de técnicas de desenvolvimento das plantações algodoeiras.

Pernambuco. As análises nos relatórios ministeriais entre 1930 e 1945, permite enfatizar quatro grandes estados produtores: Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Na verdade, a produção nesses estados correspondia as novas estruturas de produção da época, ligadas a uma espécie de sistema rural quantitativo e com base econômica representativa desde o final do ciclo do açúcar no Nordeste. É diante dessa conjuntura que o algodão brasileiro, na perspectiva de crescimento das balanças econômicas, ganhou destaque.

Os estados em questão foram importantes porque dentre outros motivos já tinham um histórico de cultivo da fibra em regiões interioranas desde o século XVIII e mantiveram durante muito tempo uma relativa importância na renda desses estados.

No início dos anos 1930, as seções técnicas produtivas algodoceiras estaduais concentravam-se em torno de métodos e recursos de estímulos na produção do algodão. Os trabalhos ficavam em volta de: pesquisas laboratoriais de fibras; cursos de especialização; estimativa de safras; feiras de amostras; propagandas do serviço com fins educacionais, além de informações de áreas cultivadas e trabalhos divulgados.

No estado da Paraíba, em 1930, funcionou provisoriamente, em decorrência dos atritos políticos da Revolução de 30, uma Superintendência do Serviço do Algodão. Nesse setor, as análises voltavam-se às amostras de sementes de variedades cultivadas e verificação do grau de resistência da ação dos agentes de expurgo, etc. Mais precisamente nos municípios paraibanos de Ingá, Mamanguape (Pindobal), Alagôa Grande, Alagôa do Monteiro, Taperoá e Teixeira. Além desses, Guarabira recebeu a instalação do Centro de Experimentação do Instituto de Experimentação Agrícola entre os anos de 1935 – 1939: Verificação de problemas algodoceiros e também com milharais. O desenvolvimento do algodão representou relativo crescimento após a criação dessa superintendência.

A estação de Guarabira foi responsável, dentre outras atribuições, por distribuir sementes, esta iniciativa ocorreu pelo interesse da prefeitura, associações e institutos locais. À medida que os planos no Ministério iam se tornando mais consistentes na área rural, os convênios entre os poderes municipais e estaduais se cristalizavam.

No estado de Pernambuco, a estação experimental de Serra Talhada criou uma moderna usina de beneficiamento do cultivo de algodão, chegando a auxiliar em poucos meses após sua criação, cerca de 90.000kg de algodão em caroço, pertencentes a agricultores. Os municípios pernambucanos que se destacaram na produção foram: Vila Bela, Glória de Goiotá, Correntes e além desses, Surubim, que recebeu uma estação de Experimentos de variedades, adubação e seleção para fins de multiplicação. Além de milho, feijão e soja - 1939.

De acordo com a perspectiva do Ministério da Agricultura, “Todo o trabalho experimental e de fomento está ligado com a obtenção e distribuição de sementes de variedades selecionadas e adaptadas às várias e distintas regiões do país, buscando a uniformidade da fibra”.<sup>3</sup> A resposta do mercado consumidor impulsionaria ainda mais os investimentos no algodão, gerando números em termos de crescimento econômico contínuo na área. Além disso, para a obtenção de uma fibra forte, os estudos de adequação ao solo e ao clima eram de suma importância para a realidade local.

No estado do Rio Grande do Norte, verifica-se um crescimento da produção do algodão do tipo “Mocó”. Os campos de distribuição de sementes abrangiam no total 120 hectares e eram distribuídas nos municípios de Acari, Rafael Fernandes, Parelhas, Sacramento, Caraúbas, Pau dos Ferros e também em Cruzeta, onde foi instalada uma estação de experimento para verificação de problemas com algodoeiro, em 1939. A região do Seridó potiguar manteve em parceria com a Paraíba e o estado pernambucano, grande parte da produção de algodão nordestino.

Dados ministeriais confirmam que foi a partir de 1939, que a produção algodoeira brasileira ganhou destaque no âmbito produtivo e que, diante disso, foi reconhecido que a cultura do algodão no nordeste brasileiro deveria ser valorizada em todos os aspectos, partindo desde a escolha da semente até os meios de colheita da fibra.

Tabela I – Dados da distribuição de diferentes tipos de fibras<sup>4</sup> em 1939

<sup>3</sup> Ministério da Agricultura: Relatório ministerial, ano 1939, p.49.

<sup>4</sup> Fibras de algodão: Mocó, Delta, H-105, Rim-de-Boi, Texas, Quebradinho, Verdão, etc.

Estados	Campos	Hectares
Paraíba	130	2.378
Pernambuco	12	105
Rio Grande do Norte	68	2.309

Fonte: Relatório do Ministério da Agricultura, ano 1939.

Observando a tabela, pode-se ter uma ideia em números quantitativos do cultivo dos três estados a partir da distribuição de sementes. Embora outros estados nordestinos também cultivassem o algodão, foi nesses três estados que a produção acentuou-se e manteve relativo crescimento, respondendo, assim, aos programas de beneficiamento em pesquisas e ações referentes a um melhor aproveitamento da produção algodoeira sob a responsabilidade das estações experimentais.

### **Por que o Governo Federal investiu nessas regiões?**

Historicamente, a cotonicultura expandiu-se no Estadobrasileiro por motivos diversos. A saber: queda da produção americana devido à Guerra de Secessão; aumento populacional e conseqüentemente aumento do consumo de tecidos, principalmente no mercado europeu.

O Brasil apresenta solo e clima privilegiados que oferecem grandes possibilidades no que se refere a plantas produtoras de fibras. Desde a chegada dos portugueses, observou-se que os próprios índios já cultivavam a planta, usando-a, inclusive, na fabricação de tecidos. (MONTEIRO, 2000).

*Esse produto, utilizado pelos indígenas antes mesmo do descobrimento, foi objeto de pequena exportação para a metrópole, desde os primeiros tempos de colonização. Tornou-se importante, porém quando a indústria têxtil inglesa, em expansão, teve que substituir grande parte do linho pelo algodão,*

*estimulando a sua cultura no mundo tropical. (FELIPE, ROCHA, CARVALHO, 2011: 23).*

Em relação ao Nordeste, devido às condições de semi-aridez e resistência às secas, o algodão tornou-se uma das principais opções de renda para os nordestinos. É nesse contexto que o Ministério da Agricultura desencadearia uma série de estudos acerca da semente do algodão, na tentativa de garantir maiores chances de aproveitamento.

Segundo os dados do Ministério da Agricultura, as estações experimentais faziam o reconhecimento do solo, bem como a avaliação do tipo de algodão que a região suportava. Havia a questão de que algumas espécies do algodoeiro são mais resistentes à exposição do calor excessivo e a falta prolongada da água.

*O instituto de Experimentação Agrícola era o responsável pelos centros de experimentações (estações experimentais e campos de semente) em diversas regiões do Brasil. Na sua estruturação foram aproveitadas antigas estações experimentais monocultoras, as quais foram transformadas em estações de caráter mais abrangente, diversificando as áreas de pesquisa e atuação. (ALVEAL, 2003: 51)*

O levantamento dos dados de pesquisa, análise, distribuição de sementes e cultivo nessas estações nordestinas, corresponderiam ao comprometimento que o Ministério assumira no desenvolvimento da economia nacional, especialmente pós-1930 no Brasil, cujo intuito evidenciava-se na construção de um Estado independente economicamente e que, configurava-se em uma perspectiva ideológica industrial. Seria o início de uma nova era produtiva. Uma era com a responsabilidade de ultrapassar os patamares rurais e fincar raízes na produtividade urbana.

### **Efetiva Contribuição Econômica do algodão no Nordeste**

A compreensão deste artigo revelam investimentos realizados em torno de uma cultura com origens históricas e que de fato representou, por um período no Brasil, significativos passos rumo à independência econômica. Talvez não na forma mais efetiva ou com ritmos acelerados, mas com números concretos e resultados graduais. Assim, não se podem negar os significativos investimentos do Governo Federal, sob a representatividade Ministerial nos estudos da fibra de algodão.

Não houve nenhum tipo de “revolução” do algodão, e no sentido de transformar em fatores econômicos e políticos a sustentabilidade do país em um grande produtor mundial independente de qualquer outra fonte. Houve, de fato, o crescimento na produção brasileira capaz de ultrapassar as barreiras nacionais e impulsionar as balanças comerciais internas.

Para avaliar o crescimento econômico da Era Vargas, foi problematizado os investimentos a curto e longo prazo na produção da cultura do algodão no Nordeste. De fato, nenhuma cultura foi incumbida de transformar os fatores de sustentabilidade do país, pois as somas de todos os produtos produzidos no Brasil a partir da década de 1930 concretizavam a ideia, na íntegra, do avanço da nação.

*Uma das características da industrialização brasileira na chamada Era Vargas (1930 -1945) foi o crescimento do ritmo da expansão industrial no período. Pela primeira vez em nossa história, o crescimento das indústrias superou o crescimento da agricultura. (MENDONÇA, 1997: 40-41)*

Diante das novas expectativas acerca do ritmo de crescimento brasileiro, os investimentos na área rural no Brasil continuaram de forma mais tímida. Outros setores mereceram atenção do governo: Indústria e Transportes. A partir disso, pode-se concluir que, embora a agricultura ainda conseguisse manter relativos números na produção, a representatividade desta já não estava articulada em um projeto nacional.

Efetivamente, numa escala de ações federais, a produção do algodão representou uma boa alternativa econômica, por consequência do cultivo da fibra do algodão a das políticas de valorização deste. Os investimentos foram importantes e com certeza garantiram o fomento numa determinada época no Brasil.

Portanto, a produtividade do algodão, representou sim, uma fonte de lucro na perspectiva econômica do país. Não se pode deixar de fora, contudo, a importância de outras culturas e em outras áreas, como a produção de cereais, leguminosos, frutíferas, milho, café, etc.

As atividades descritas no período nos mostram como as decisões do Estado auxiliaram no processo de construção de uma base firme para o provento dos projetos de modernização econômica do Brasil, com foque nos primeiros anos da gestão Vargas, especialmente ligados ao revigoreamento das atividades agrícolas.

## Referências Bibliográficas

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. (2003) “Estado, políticas agrícolas e representação de classes na Era Vargas: O Ministério da Agricultura”. Locus: Revista de História, Juiz de Fora, vol. 9 nº 2, 44-60.

FELIPE, José Lacerda Alves. CARVALHO, Edílson Alves de. ROCHA, Aristotelina P. Barreto. *Atlas rio grande do Norte: espaço geo-histórico e cultural*. João Pessoa; GRAFSET, 2004.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *O Ruralismo Brasileiro(1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MENDONÇA, Sônia. *A Industrialização brasileira* In: Coleção Polêmica, 5ª edição. São Paulo: Moderna, 1997.

MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN, 2000. p. 97 a 123. Cap. 3.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
PRACEL